



ANEXO I

ANEXO DE METAS FISCAIS

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (Artigo 4º, § 2º, inciso I da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000)

Analisando o exercício financeiro de 2018, podemos realizar uma avaliação do comportamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial neste período, com relação às metas fiscais e resultados obtidos.

I - Metas Estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Conforme Anexo de Metas Fiscais, peça integrante da Lei nº. 5.044 de 26 de junho de 2017 que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e deu outras providências, o Município se propôs a arrecadar inicialmente uma receita da ordem de **R\$ 390.000.000,00** (trezentos e noventa milhões de reais) e a realizar despesas no mesmo montante. Ao final do exercício de 2018 constatou-se uma arrecadação total igual a R\$ 378.577.112,70 (trezentos e setenta e oito milhões quinhentos e setenta e sete mil cento e doze reais setenta centavos). Já a despesa empenhada para o mesmo exercício de 2018 atingiu a cifra de R\$ 370.165.066,60 (trezentos e setenta milhões cento e sessenta e cinco mil sessenta e seis reais sessenta centavos). Esses números remetem a um superávit orçamentário da ordem de R\$ 8.412.046,10 (oito milhões quatrocentos e doze mil quarenta e seis reais dez centavos), por outro lado, ocorreu também um déficit financeiro no exercício de 2018, de R\$ 9.006.360,05 (nove milhões seis mil trezentos e sessenta reais e cinco centavos).

Secretaria Municipal de Finanças



(Valores em R\$)

Exercício de 2018	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	VARIAÇÃO
Receitas Correntes	386.266.000,00	372.914.365,78	- 13.351.634,22
Receitas de Capital	7.270.000,00	5.662.746,92	- 1.607.253,08
Receita Total	393.536.000,00	378.577.112,70	- 14.958.887,30

A estimativa inicial de arrecadação, conforme Lei nº 5.090 de 18/12/2017, a qual Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Itatiba para o Exercício de 2018, havia sido de **R\$ 393.536.000,00** (trezentos e noventa e três milhões quinhentos e trinta e seis mil reais), resultou em **R\$ 378.577.112,70** (trezentos e setenta e oito milhões quinhentos e setenta e sete mil cento e doze reais setenta centavos) ao final do exercício.

Já as Despesas apresentaram o seguinte desempenho:

(Valores em R\$)

Exercício de 2018	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	VARIAÇÃO
Despesas Correntes	369.483.380,00	355.886.588,73	+ 13.596.791,27
Despesas de Capital	23.086.620,00	14.278.477,87	+ 8.808.142,13
Reserva de Contingência	966.000,00	0,00	+ 966.000,00
Despesa Total	393.536.000,00	370.165.066,60	+ 23.370.933,40

(Valores em R\$)

Receita Total (variação) - Despesa Total (variação) =
- R\$ 14.958.887,30 + R\$ 23.370.993,40 = + R\$ 8.412.106,10 (superavit)

A previsão da Receita de Capital foi prejudicada em função de não terem ocorrido todas as contratações de operações de crédito previstas no exercício.

As Despesas de Capital foram executadas contando com transferências recebidas de outros entes governamentais.



A Dívida Consolidada Líquida do Município ao final do exercício de 2018 figurava em R\$ 33.878.595,67 (trinta e três milhões oitocentos setenta e oito mil quinhentos noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos), em confronto ao saldo final de 2017, que foi de R\$ 43.340.431,55 (quarenta e três milhões trezentos e quarenta mil quatrocentos e trinta e um reais cinquenta e cinco centavos), apresentando uma diminuição de 27,928%, em função, principalmente, do montante das disponibilidades financeiras sempre superarem o montante da Dívida Consolidada, e, conseqüentemente, o mesmo também ocorreu com a Dívida Fiscal Líquida.

RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas realizadas no período em referência, delas excluídas tudo o que diga respeito a juros e ao principal da dívida, tanto pagos quanto recebidos, conforme definições:

☞ *Receita: receita orçamentária arrecadada, deduzidas as operações de crédito, as receitas de privatização, as receitas decorrentes de anulação de restos a pagar, as receitas provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e os retornos das operações de crédito.*

☞ *Despesa: despesa total, deduzidas aquelas com amortização e encargos da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital já integralizado, bem como a anulação de restos a pagar inscritos no exercício anterior e as despesas com concessão de empréstimos.*

A meta de Resultado Primário prevista para o exercício de 2018 foi de R\$ 4.173.000,00 (quatro milhões cento e setenta e três mil reais). O Resultado Primário do exercício de 2018, resultou em R\$ 22.064.106,58 (vinte e dois milhões sessenta e quatro mil cento e seis reais e cinquenta e oito centavos), resultado do aumento das Receitas Primárias e diminuição das Despesas Primárias fixadas na LDO.



RESULTADO PRIMÁRIO REALIZADO

RECEITAS FISCAIS	Em R\$
Receitas correntes	376.282.994,11
(-) Aplicações Financeiras	-1.067.811,62
(-) Outras Receitas Financeiras	-8.057.071,29
Receitas de Capital	5.662.746,92
(-) Rec. Operações de Crédito	-2.629.324,23
(-) Rec. Alienação de Bens	-197.013,75
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (I)	369.994.520,14
DESPESAS FISCAIS	Em R\$
Despesas Correntes	324.262.169,87
(-) Juros e Enc. da Dívida	-1.375.649,60
DESPESAS DE CAPITAL	13.509.756,28
(-) amortização da Dívida	-5.737.273,78
RESERVAS DE CONTINGÊNCIA	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (II)	330.659.002,77
(-) RP Processados Pagos + RP Não Proc Pagos	-17.271.410,79
RESULTADO PRIMARIO (III) = (I-II)	22.064.106,58

RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal pode ser assim conceituado:

De acordo com o Guia de Orientação para as Prefeituras - Lei de Responsabilidade Fiscal, de autoria de Amir Antônio Khair:

O resultado nominal corresponde à diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no período anterior ao de referência.

O saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida deduzidas as receitas de privatização.



A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e demais ativos financeiros.

RESULTADO NOMINAL

(Valores em R\$)

	SALDO	
	Em 31/Dez/2017	Em 31/Dez/2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	43.357.201,50	44.273.537,69
DEDUÇÕES	16.769,95	10.394.942,32
Disponibilidades Caixa	0,00	8.670.762,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.505.815,32	22.993.383,89
+ Demais Ativos Financeiros	16.769,95	1.724.179,99
- Restos a Pagar Processados	18.660.381,88	14.322.621,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	43.340.431,55	33.878.595,37
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (V) = (III - IV)	43.340.431,55	33.878.595,37

De acordo com este conceito, o resultado verificado no encerramento do exercício foi de R\$ 9.461.836,18 (nove milhões quatrocentos e sessenta e um mil oitocentos e trinta e seis reais dezoito centavos).

A verificação de sucessivos superavit orçamentários, ou, deficit orçamentários amparados por superavit financeiros, nos últimos exercícios, é outro item importante que merece destaque e tem sido alvo constante de análise por parte do Tribunal de Contas.

Resultados Orçamentários

ANO	SUPERAVIT/ DEFICIT	% EM RELAÇÃO À RECEITA ARRECADADA
2015	- R\$ 403.816,89	-0,12%
2016	- R\$ 25.352.102,25	-7,78%
2017	- R\$ 28.503.686,26	-8,29%
2018	21.365.791,21	5,64%



<i>Resultado</i>	<i>Financeiro</i>	<i>Econômico</i>	<i>Patrimonial</i>
2015	9.674.397,32	8.378.391,88	193.758.694,78
2016	-7.303.233,11	5.790.990,46	206.546.280,36
2017	-28.749.049,21	103.518.773,64	316.712.000,60
2018	-9.006.360,05	21.207.091,93	338.394.039,83

II - Limites e Condições para realização de Operações de Crédito e Inscrição em Restos a Pagar

No exercício de 2018 ocorreu a contratação de uma nova operação de crédito com o Banco do Brasil, tendo como objetivo adquirir máquinas, equipamentos e veículos novos, no valor total de R\$ 4.094.767,24 (quatro milhões noventa e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)

Para todas as despesas inscritas em "**Restos a Pagar**" até 31 de dezembro de 2018, que totalizaram **R\$ 33.047.759,68** (trinta e três milhões quarenta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais sessenta e oito centavos), incluídos os Restos a Pagar do Poder Legislativo, havia a seguinte disponibilidade financeira para pagamento, **R\$ 28.144.993,68** (vinte e oito milhões cento e quarenta e quatro mil novecentos e noventa e três reais sessenta e oito centavos), resultando em um deficit de – R\$ 4.902.766,00 (quatro milhões novecentos e dois mil setecentos e sessenta e seis reais).

III - Medidas Adotadas para o Retorno da Despesa Total com Pessoal ao Respectivo Limite, nos Termos dos artigos 22 e 23 da LRF

Em relação às despesas com pessoal, a Administração conseguiu se enquadrar dentro dos limites de alerta e prudencial definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou seja, 90% e 95% do limite máximo ($54\% \times 0,90 = 48,60\%$ e $54\% \times 0,95 = 51,30\%$),



encerrando o exercício de 2018 com um percentual de 47,56% (despesas empenhadas, referentes ao Poder Executivo) da Receita Corrente Líquida em gastos com pessoal.

IV - Providências Tomadas, conforme disposto no artigo 31, para Recondição dos Montantes das Dívidas Consolidada e Mobiliária aos respectivos Limites

Com relação às Dívidas Consolidada e Mobiliária, a Dívida Consolidada Líquida **existiu** no Município durante todo o exercício de 2018 em função do reconhecimento de Operações de Crédito contratadas, e, conseqüentemente, também a Dívida Fiscal Líquida foi **nula**, sendo que o limite é 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida. Quanto à Dívida Mobiliária, esta **inexiste** no Município.

V - Destinação de Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, tendo em vista as Restrições Constitucionais e as da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000

Conforme o artigo 44 da LRF, a receita de capital obtida com a alienação de bens e direitos não será aplicada em despesa corrente, a menos que lei própria excepcione a destinação para o sistema de previdência dos servidores públicos. Aquele dispositivo, insere-se na seção da lei que cuida da preservação do patrimônio público; assim, em regra, a diminuição de um ativo (alienação de bens) será compensada pela aquisição de outro ativo ou, mesmo, pela redução do passivo (amortização do principal da dívida), isto é, a aplicação privilegiará uma variação patrimonial ativa.

Durante o exercício, o município realizou R\$ 197.013,75 (cento e noventa e sete mil treze reais e setenta e cinco centavos) em alienação de bens, desse valor R\$ 164.900,00 (cento e sessenta e quatro mil e novecentos reais) foram aplicados em investimentos.

VI - Aplicação da receita resultante de Impostos diretamente arrecadados e transferidos no Ensino e na Saúde



Aplicação no Ensino

2012 = 25,60 %
2013 = 26,04 %
2014 = 26,99 %
2015 = 27,01 %
2016 = 26,94 %
2017 = 33,32 %
2018 = 31,90%

Aplicação na Saúde

2012 = 26,35 %
2013 = 26,60 %
2014 = 25,92 %
2015 = 26,55 %
2016 = 27,48 %
2017 = 27,54 %
2018 = 22,74%



ANEXO DE METAS FISCAIS

CONTEÚDO:

- Demonstrativo I - Metas Anuais
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (exercício de 2018)
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
- Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado



Demonstrativo das Metas Anuais e Metodologia de Cálculo
(Artigo 4º, § 2º, Inciso II da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000)

As metas fiscais estabelecidas para o triênio 2020-2022 norteiam-se pela continuidade do processo de consolidação fiscal, visando o fortalecimento da política fiscal, elemento este fundamental para a estabilidade econômica do Município, contribuindo também para o resultado nacional.

As metas fiscais para o Município, a seguir definidas, são as consistentes com a política econômica. Com esta finalidade, propõe-se alcançar resultados positivos.

Nos estudos para a projeção das Receitas Estimadas para o exercício de 2020, levamos em conta:

- a) A variação estimada do PIB nacional, este projetado diferentemente, pelos diversos Institutos, para os exercícios subseqüentes. Em razão da diversidade de projeções, inclusive por Institutos Oficiais, preferimos adotar um índice mais conservador, quais sejam 4,00% em 2020, 4,00% em 2021 e 4,00% em 2022.
- b) Além do crescimento do PIB outras variáveis foram levadas em consideração, entre elas, um incremento de arrecadação tanto do IPTU quanto do ISS movidos pelo aumento do número de unidades construídas na cidade, pelo combate à sonegação motivada por uma presença constante da fiscalização, e também por uma maior eficácia da máquina arrecadadora.
- c) Além dessas medidas no âmbito municipal, também estimamos um crescimento dos repasses e transferências governamentais de outras esferas em razão também da fiscalização posta em prática, e que, sem dúvida mostra-se cada vez mais como medida inibidora de práticas nocivas à arrecadação por parte de alguns contribuintes. Isso tudo aliado à modernização da máquina arrecadadora nos três níveis de governo trarão sem dúvida um crescimento da arrecadação superior ao crescimento da economia como um todo.



Nos estritos termos do que prega a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo em seu artigo 4º inciso I, esta Administração buscará incessantemente o equilíbrio orçamentário, sem deixar de atender aos reclamos da população no que tange à oferta de serviços públicos, mormente os relativos à Saúde e Educação, sem esquecer dos demais setores, todos eles contemplados nas ações a serem desenvolvidas em 2020.

O valor estimado da Receita para o exercício de 2020 é de R\$ 431.233.000,00 (quatrocentos e trinta e um milhão duzentos e trinta e três mil reais), valor este obtido mediante análise individualizada de cada receita e consideração dos fatores acima.

Para os exercícios de 2021 e 2022 as previsões de receitas também levaram em conta as análises já descritas acima e buscando também a manutenção do equilíbrio orçamentário as despesas foram fixadas nos mesmos patamares, observando todo o limite constitucional e legal.

Para a elaboração do Anexo de Metas Fiscais foram utilizados os seguintes conceitos de resultados e dívidas:

RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas realizadas no período em referência, delas excluídas tudo o que diga respeito a juros e ao principal da dívida, tanto pagos quanto recebidos, conforme definições:

- a) Receita: receita orçamentária arrecadada, deduzidas as operações de crédito, as alienações de ativos, as receitas de privatização, as receitas decorrentes de anulação de restos a pagar, as receitas provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e os retornos das operações de crédito.
- b) Despesa: despesa total, deduzidas aquelas com amortização e encargos da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital já integralizado,



bem como a anulação de restos a pagar inscritos no exercício anterior e as despesas com concessão de empréstimos.

A meta de Resultado Primário para o exercício de 2020 é de R\$ 3.139.374,68 (três milhões cento e trinta e nove mil trezentos e setenta e quatro reais sessenta e oito centavos), positivos, a qual se justifica pelas deduções das receitas e despesas financeiras das receitas e despesas totais. Para o exercício de 2021 a meta de resultado primário será de R\$ 2.274.044,17 (dois milhões duzentos e setenta e quatro mil quarenta e quatro reais dezessete centavos) em função da inexistência de operação de crédito no cômputo da estimativa da receita. Em 2022 a meta de resultado primário será de R\$ 7.371.827,26 (sete milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e vinte e sete reais vinte e seis centavos), em consequência principalmente das contratações de dívida vincenda em longo prazo ocorridas a partir do biênio 2020 / 2021, e da inexistência de operações de crédito na estimativa da receita.

RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal corresponde à diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no período anterior ao de referência.

O saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida deduzidas as receitas de privatização.

A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e demais ativos financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

Quanto às metas de Resultado Nominal, correspondentes à variação do saldo da dívida fiscal líquida de um exercício para o outro, verificamos que o seu resultado é sempre ZERO, eis que nas nossas projeções a Dívida Fiscal Consolidada nunca ultrapassa os valores.

Secretaria Municipal de Finanças



O comportamento da dívida deverá se apresentar nos três exercícios futuros, muitíssimo abaixo dos limites permitidos e sem comprometer o equilíbrio orçamentário.

ESTOQUE DA DÍVIDA	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Principal do Exercício Anterior	48.040.000,00	47.655.000,00	60.032.000,00	54.320.000,00
(-) Amortização e Juros	4.480.000,00	4.047.000,00	5.712.000,00	5.714.000,00
(+) Inscrição	4.095.000,00	16.424.000,00	0,00	0,00
(=) Saldo Final	47.655.000,00	60.032.000,00	54.320.000,00	48.606.000,00

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em relação aos valores projetados de receitas e despesas, consideramos uma alteração na composição da receita, a saber:

Receita Projetada (R\$)	LDO (2019)	LOA (2019)	LDO (2020)
Receitas Correntes	401.230.000,00	418.830.000,00	430.953.000,00
Receitas de Capital	270.000,00	270.000,00	270.000,00
TOTAL	401.500.000,00	419.100.000,00	431.223.000,00

O aumento da Receita Corrente de 2019 para 2020 mantém uma expectativa de crescimento de aproximadamente 2,89%, e a Receita de Capital se mantém estável. No total das receitas previstas o acréscimo será de 2,89%.



Para os exercícios de 2021 e 2022 projeta-se uma expectativa de crescimento de 4,00%, em relação aos exercícios imediatamente anteriores.

Pelo acima exposto, e, conforme demonstrado nos quadros que integram este Anexo de Metas Fiscais, as projeções de déficit/superávit nominal e primário, bem como resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais positivos, constituem as metas delineadas pela Prefeitura do Município de Itatiba para os próximos exercícios e evidenciam a estratégia do Governo Municipal para conseguir uma execução fiscal, financeira e orçamentária responsável, equilibrada e que permita a manutenção e até a expansão dos serviços oferecidos, ratificando o comprometimento com os objetivos da política fiscal, com maior ênfase no gerenciamento das despesas, inclusive em face da aplicação de dispositivos legais que inibem práticas que comprometam a eficiência do gasto público, no contexto das diretrizes vinculadas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

RENÚNCIA DE RECEITA

Não haverá renúncia de receita no exercício de 2020, observando-se que as isenções e benefícios fiscais demonstradas no quadro abaixo decorrem de leis anteriores à Lei de Responsabilidade Fiscal e que, como óbvio, não integram o orçamento, não afetando, portanto, as metas de resultados fiscais previstas para os próximos exercícios, uma vez que receitas que antes não se arrecadavam, evidentemente, não poderiam afetar qualquer nível de meta fiscal, não necessitando em razão disto da adoção de medidas compensatórias. Tais benefícios e isenções, para o exercício de 2020, estão assim compostos:

Benefício/Isenção	Valor (R\$ mil)
Isenção para Aposentados ou Pensionistas	1.452,15
Programa Municipal de Incentivo Industrial "PROMIND" e Programa de Incentivo e Desenvolvimento Econômico – PROGRIDE (isenções)	288,28
Isenção de Matas e Florestas Nativas	57,29

Secretaria Municipal de Finanças



Prog Incent Desenv Econ "PROGRIDE" (isenções)	1.741,82
Isenção Patrimônio Histórico	144,07
Isenção por Doenças	3,89
Isenção de Imóveis de pequeno valor	1.204,97
TOTAL	4.892,47

Além dos benefícios acima mencionados, com a promulgação da Lei Municipal n.º 4.300, de 10 de dezembro de 2010, portanto, posterior à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi instituído no município de Itatiba o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município – PROGRIDE, concedendo, dentre estímulos fiscais e benefícios econômicos, a isenção de até 100% (cem por cento) dos impostos municipais, exceto o Imposto Sobre Serviços, este com redução de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota, limitada à alíquota mínima de 2% (dois por cento). Tratando-se de receitas até então não arrecadadas evidentemente, não poderiam afetar qualquer nível de meta fiscal, não necessitando em razão disto da adoção de medidas compensatórias.

Estima-se que a isenção decorrente do PROGRIDE no exercício de 2020 resulte em R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), a ser devidamente considerados por ocasião da estimativa da receita constante do projeto de lei orçamentária para o próximo exercício.

Ainda com relação ao PROGRIDE, estimamos um benefício na forma de reembolso dos investimentos às empresas beneficiadas com aquele programa e que já iniciaram suas atividades a partir de 2013.

Cumprе informar que tanto as isenções quanto os benefícios estão cobertos com o retorno financeiro advindo do aumento de arrecadação do ICMS.



DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE ITATIBA – SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

(LRF, art.4º, § 2º, inciso V)

De acordo com o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF é considerada obrigatória de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela LRF, e corresponde ao aumento permanente de receita capaz de financiar essas novas despesas. Como aumento permanente de receita entende-se aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, conforme estabelecido no § 3º, do art. 17, da LRF. Em relação ao aumento de base de cálculo, considera-se como tal o crescimento real da atividade econômica, uma vez que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante tributário a ser arrecadado.

A margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício de 2020 será **NULA**, face ao controle rígido das despesas e à previsão de se atingir resultados positivos (superávits), que possibilitem a redução sistemática da Dívida Pública.



Anexo III - ESTRUTURA ATUAL DE ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Órgão	Unidade Orçamentária	Especificação
01		CAMARA MUNICIPAL
	01.01	CAMARA MUNICIPAL
02		PREFEITURA MUNICIPAL
	02.01	PMI – GABINETE DO PREFEITO
	02.02	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
	02.03	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
	02.04	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E RENDA
	02.05	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
	02.06	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
	02.07	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
	02.08	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
	02.09	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
	02.10	PMI – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
	02.11	PMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
	02.12	PMI – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
	02.13	PMI – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
	02.14	PMI – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
	02.15	PMI – SECRETARIA DE DEFESA E SEGURANÇA DO CIDADÃO
	02.16	PMI – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	02.99	PMI - RESERVA DE CONTINGENCIA